



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST6 Sociologia do Desporto

A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CORPO: O CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

BRÁS, José Gregório

Doutoramento em História da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
zevibras@gmail.com

GONÇALVES, Maria Neves,

Doutoramento em História da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
maria.neves.g@gmail.com

Resumo

O nosso estudo veio demonstrar que o discurso higienista trouxe uma nova racionalidade, servindo para fazer a fundamentação à protecção colectiva e individual. O exercício físico surgiu, com a higiene, legitimado pelo saber científico. Desde o século XVII que assistimos a um discurso que relaciona a importância do exercício com a conservação da saúde. A grande aspiração da higiene era governar, ultrapassando os parâmetros da fisiologia, higiene; saúde; corpo; educação física. querendo também abraçar a sociologia e a moral.

A ignorância, a incúria, fomentavam o viver anti-higiénico. Face a esta realidade, considerou-se que a escola poderia servir de instrumento de mudança. O apelo feito pela higiene veio contribuir, em Portugal, para a criação e institucionalização da educação física no currículo escolar a partir da reforma de 1905. Foi na sequência deste processo que se construiu um novo corpo.

Abstract

The speech brought a new rationality hygienist, serving to the grounds of collective and individual protection. The exercise came with hygiene, legitimized by scientific knowledge. Since the seventeenth century we are witnessing a discourse that relates the importance of exercise to maintain health. The great aspiration was to rule hygiene, exceeding the parameters of physiology, also willing to embrace sociology and morals. Ignorance, neglect, fostered anti-hygienic living. Given this reality, it was considered that the school could serve as an instrument of change. The call for hygiene has contributed to give importance to physical education.

Palavras-chave: higiene; saúde; corpo; educação física.

Keywords: hygiene; health; body; physical education

PAP1195

INTRODUÇÃO

A descoberta da higiene foi de uma importância vital para a alteração dos costumes e normas de etiqueta. O discurso higienista foi decisivo para que surgisse o investimento na preservação dos organismos e na defesa da população. A higiene, ao constituir uma nova exigência e uma nova vigilância, pode ser vista também como uma disciplina. Com ela, novas sensibilidades são trabalhadas, conduzindo ao exercício de uma dupla vigilância - sobre os outros e sobre si, o que reclama uma higiene pública e privada. É uma nova relação que se introduz nas múltiplas práticas quotidianas - com o ar, com a água, com o espaço, com os outros e consigo próprio. Nesta transfiguração afirma-se o exercício físico contra os valores da decadência. O argumento da saúde dita uma nova funcionalidade e virilidade.

OBJECTIVOS

Com este artigo pretendemos: 1 – Analisar o impacto que o discurso higienista teve na génese da Educação Física; 2 – Discutir o papel que foi atribuído à Educação Física no combate ao definhamento da raça.

MÉTODO

No nosso estudo utilizaremos a arqueologia como método de pesquisa. Com ela pretendemos fazer o diagnóstico do discurso. Procuraremos em primeira-mão definir o discurso higienista, penetrando-se com isto no nível do saber. Esta é, pois, uma categoria metodológica, tratando-se de identificar as suas regras de aparecimento, organização e transformação.

Utilizamos a palavra saber num sentido bastante abrangente. Como nos diz Foucault (1997, p.206), não há saber sem prática discursiva definida e toda a prática discursiva pode definir-se pelo saber. Na perspectiva deste autor, a prática discursiva refere-se ao conjunto de regras que emergiram historicamente, circunscritas e determinadas no espaço e no tempo, que serviram para definir, numa dada época, as condições de exercício da função enunciativa.

O saber é tudo aquilo que podemos falar numa prática discursiva, especificada nos seguintes termos: o domínio constituído pelos diferentes objectos, venham estes a adquirir ou não status científico; o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objectos; o campo de coordenação e subordinação em que os conceitos aparecem, se aplicam e se transformam e as possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Assim, o território arqueológico pode atravessar todo o tipo de texto. O saber não tem residência fixa já que pode situar-se tanto em textos pedagógicos, como em textos políticos, filosóficos, literários, etc.

Com a arqueologia pretendemos construir um conceito de saber diferente. Com ela pretendemos fazer uma descrição dos acontecimentos discursivos. Parte-se da existência da linguagem, do seu carácter de acontecimento. Um enunciado é sempre um acontecimento discursivo que uma análise puramente linguística não consegue captar. A análise do campo discursivo é orientada na descrição dos acontecimentos discursivos. O facto discursivo – o enunciado - é analisado na sua materialidade (substância, suporte, lugar e data) e segundo as suas regras de formação, entendendo-se por estas as condições de existência (coexistência, mutação, desaparecimento) de uma dada repartição discursiva. É uma análise não alegórica, o enunciado é compreendido na sua singularidade, na sua positividade, isto é, segundo que regras se dá a sua formação.

O BOM GOVERNO DA HIGIENE

A atenção das pessoas sempre recaiu mais sobre a medicina curativa do que a preventiva. Franco (1819) critica esta atitude porque remete para um plano secundário o modo de prevenir as doenças e prolongar uma existência feliz. Do seu ponto de vista, é mais humano prevenir do que remediar os males. Diz ele que os antigos denominavam esta ciência com o nome de Higiene que trata dos conhecimentos das coisas que são úteis ou nocivas ao homem e tem por fim a conservação da saúde e o prolongamento da vida. Ora o que importa colocar aqui em relevo é o facto de Franco referir que a educação física tem o poder, particularmente na infância, puerícia e adolescência, de modificar até certo ponto o temperamento originário. Com isto, ele quer dizer que a educação física tem o poder de emendar a compleição do corpo. Diz ainda que se fosse possível dar a toda uma nação o mesmo género de educação, todos ficariam pensando que ela é dotada do mesmo carácter e temperamento.

A influência do cérebro sobre o organismo não é descoberta recente. Já em 1836, Centazzi sublinhava a importância que o cérebro tinha na vida de todos os órgãos, o que significa que esta influência também se estende ao músculos e, assim sendo, a força muscular não depende somente do grande desenvolvimento do músculo, mas também da acção mais ou menos enérgica que lhe é transmitida pelo cérebro (pelos exercícios do aparelho da locomoção exercitam-se igualmente certos órgãos cerebrais que nele influem).

Na interacção que o homem estabelece com os corpos estranhos que o rodeiam, podemos considerar, segundo Galvão (1845), que uns são excitantes naturais e necessários ao processo vital (ar, luz, alimentos, bebidas, etc.), outros, segundo os hábitos adquiridos, tornam o gozo da vida agradável e facilitam a saúde (vestidos, banhos, cuidados de limpeza, etc.). Neste sentido, a higiene é a primeira de todas as ciências, dada a ampliação do seu objecto e a importância do seu fim. A saúde ou a doença ficam dependentes do governo que se souber fazer dos agentes exteriores. Os exercícios ginásticos não podem deixar de estar integrados na higiene porque são considerados agentes modificadores que têm por função reparar a economia animal. O exercício muscular é considerado muito prestável para o restabelecimento da saúde.

A ginástica deve, pois, seguir alguns preceitos higiénicos. Para se manter a saúde e prolongar a vida é determinante o exercício do sistema muscular. A actividade das diferentes partes deve ser regulada em função do desenvolvimento, acomodando-se de tal modo que nunca ultrapasse a capacidade individual. Logo que se manifeste o sentimento de fadiga ou de cansaço o exercício deve cessar de modo a que a economia se restaure. Os meios para tal acontecer são o repouso, o sono e a alimentação.

O exercício físico está relacionado com a saúde e com a duração da vida, sendo importante a sua prática em qualquer dos elementos que são considerados na formação das diferenças individuais. Neste sentido a higiene é considerada por Mendes (1884) a parte da medicina política que trata da conservação e do aperfeiçoamento do género humano. Por isso, a higiene desempenha um papel de extraordinária importância para que se possa educar e civilizar um povo. Segundo o autor, é um erro considerar que a higiene se circunscreve ao campo das ciências médicas. Todas as outras ciências prestam igualmente grande apoio. A higiene estuda a saúde e as condições que a modificam. Num primeiro momento, ela fica sob o domínio das ciências médicas, mas se ficasse por aqui, sem o conhecimento de outras áreas, não conseguiria alcançar o segundo intento.

Os modificadores da saúde são muito variados, situando-se tanto no indivíduo como fora dele. Quer o sexo, idade, raça, constituição, herança, quer as influências atmosféricas, terrestres, climatológicas, etc. podem influenciar o estado de saúde da pessoa. Assim, considera Mendes que existem os modificadores protectivos (como o vestuário, a habitação, os edificios públicos) e os modificadores sociais (a educação física, moral e intelectual).

Neste campo de análise, um outro contributo importante foi o de Aires de Gouveia Osório. Este autor preconiza uma série de medidas sanitárias destinadas a desinfectar e a reprimir os excessos. Em nome da higiene passa a fazer-se apelo a uma polícia sanitária para se levar a cabo a limpeza pública. A desinfecção

passa a funcionar como palavra de ordem. A desinfecção é entendida como “a supressão das matérias ou das qualidades dos meios que podem actuar de uma maneira nociva sobre a saúde dos homens ou dos animais”

O combate ao niilismo em higiene foi uma etapa necessária para que os mandamentos da acção civilizadora fossem cumpridos. Quem o disse foi Ricardo Jorge (1884) na sua conferência publicada em quatro artigos no jornal Saúde Pública- Hebdomadário de Higiene. A ciência foi ocupando o lugar que cabia à profilaxia divina. De referir, inclusivamente, que os primeiros médicos pediam a limpeza do pecado mandando confessar e penitenciar. A higiene teve dificuldade em penetrar numa mentalidade religiosa em que o corpo era tido como inimigo da alma, um cárcere obscuro e vil, alimentando-se das impurezas e do deleite da carne. Esta espiritualidade mandava torturar a matéria corpórea, pois a pureza só cabia à alma. O guerreiro da cruz era de tipo imundo, não prestando qualquer cuidado ao corpo. A água só entrava em contacto com o corpo na pia baptismal, sendo o banho considerado uma prática indecente. As habitações e as cidades davam continuidade a esta imundície. As doenças cavalgavam de forma desenfreada causando graves danos.

Como dizia Ricardo Jorge, não há bem-estar de privilégio, nem higiene de aristocracia. Toda a vida humana merece o respeito e a protecção comuns. Parafraseando o extinto Conselho de Saúde Pública, criado por Passos Manuel em 1836, refere que a saúde pública é uma das primeiras garantias dos povos, uma das primeiras leis dos estados e um dos primeiros deveres dos governos de todas as nações. Segurança, propriedade e liberdade são os três direitos naturais e individuais do cidadão. Mas, a primeira garantia de todas elas está na necessidade de se manter a saúde pública. Por conseguinte, antes de qualquer outro dever do governo, está o primeiro dever – a saúde pública. Daí que a higiene seja chamada cada vez mais a ditar os preceitos sanitários.

Ainda de acordo com Ricardo Jorge, o avanço que se verificou nos conhecimentos da higiene, levou a que se tenha tornado uma poderosa aliada da administração pública. A saúde pública é entendida como a arte de assegurar às populações saúde e bem-estar, dois modos de ser que estão interligados mas relativamente recentes. Neste sentido, fala-se do discurso de Beaufort, presidente do Comité de Organização do Congresso Internacional de Higiene realizado em Haya . Nesse discurso, Beaufort diz que a higiene introduziu um novo elemento na legislação e contribuiu para modificar as doutrinas políticas e económicas da época. Com ela, fica-se a perceber que os interesses individuais devem subordinar-se aos colectivos. O fim principal da higiene é prevenir as doenças, no entanto, muitos têm dificuldades de apreciar os seus benefícios. Não percebem os males que afasta e os danos que previne.

Nas sessões gerais desse mesmo Congresso, Rochard, Inspector Geral do Serviço Sanitário da Marinha Francesa, fez uma conferência sobre o valor económico da vida humana e a sua contabilidade. Na sua comunicação pretendeu demonstrar três proposições: 1ª - Toda a despesa feita em nome da higiene é uma economia; 2ª - A não ser a morte, nada é mais dispendioso que a doença; 3ª - Para as sociedades, o desprezo pela vida humana é o mais ruinoso de todos.

A sua tese tem por base o custo que a doença e a morte acarretam às nações e que, por intermédio da higiene, é possível diminuir o tributo. A higiene não se contenta já em ser um ramo da medicina, um anexo da fisiologia. A sua grande aspiração é governar e para isso é necessário que os higienistas provem que são capazes de dirigir.

Para que uma nação prospere, é necessário para além de outras coisas que a sua população aumente. Como é referido, a grandeza dos reis mede-se pelo número dos vassalos. Ora, a higiene tem este poder de diminuir a mortalidade. Para se cumprir este objectivo é fundamental que se cumpram as regras ditadas pelos médicos . Os cuidados higiénicos têm que ser aplicados às crianças e a educação é uma boa maneira de combater a ignorância. Seguindo os preceitos estabelecidos pela higiene, a educação afigura-se como o único guia do homem capaz de robustecer o corpo e corrigir os costumes. Desprezar a educação equivale a desprezar a felicidade humana. Neste passo, a escola é apresentada por Nagorski (1885) como uma “ferramenta” fundamental da mudança e um factor poderoso de melhoramento das relações sociais sem o qual nenhum progresso seria possível. Contudo, é preciso considerar que uma escola mal organizada pode provocar o

inverso do que se deseja e do que ela pode fazer - o depauperamento físico. É fundamental para um jovem o desenvolvimento intelectual e físico. Isto porque os pais precisam de cidadãos robustos, aptos a realizarem os diferentes tipos de trabalho.

Veja-se que, no Decálogo Higiénico elaborado por Simões (1887), a regra número um recomenda todos os dias a exercitação dos membros, ora com trabalhos moderados, ora com exercícios recreativos, a fim de lhes dar força e vigor. A par da exercitação, é igualmente recomendado o cuidar do corpo – conservá-lo constantemente asseado e limpo.

Relativamente à vigilância médica das escolas, no Congresso de Higiene realizado em Viena, foram votadas as seguintes conclusões: considerou-se que o Estado tinha um sério interesse em assegurar a ingerência constante de médicos na administração das escolas com o objectivo de evitar aos alunos a influência perniciosa da frequência da escola e do ensino e, ao mesmo tempo, favorecer nas escolas a actividade física e os exercícios corporais úteis à saúde dos alunos. Aliás, considerou-se ser dever do Estado preparar a população para cooperarem na higiene pública. Para isso deve-se iniciá-la no conhecimento das regras fundamentais da higiene. Isto porque é do interesse das nações salvar a saúde e o valor produtivo dos habitantes. Esta necessidade leva a que a formação dos próprios médicos, professores, engenheiros e arquitectos, integre esta componente .

No Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose foram emitidos certos votos como resultado final das comunicações do 1º Congresso realizado em Lisboa no ano de 1899. Neste Congresso falava-se da necessidade de remodelar o ensino secundário, adaptando-o às condições do nosso país e harmonizando-o com as qualidades e o destino dos nossos estudantes. A Liga refere que se a remodelação se efectuar, reclama o ensino da higiene para os liceus. A nova organização material, entre outros requisitos, deve integrar os ginásios e deve dar-se mais atenção pela educação física que tem sido tão descurada entre nós.

A HIGIENE DO TEMPO ESCOLAR

Nas Conferências Pedagógicas realizadas no Porto em 1884, na 4ª Sessão, a questão do emprego do tempo e o modo de ensino a seguir são já uma preocupação. O relator desta comunicação, José António Barbosa, diz que para que existir um bom emprego do tempo, isto é, uma boa divisão do ensino e cada aula pelas horas de sua duração, é preciso considerar: a pessoa do aluno, as matérias de ensino e a natureza da escola. É de extrema importância que os alunos não conservem a atenção sobre o mesmo assunto durante muito tempo. Se existem momentos do dia em que o poder de aplicação do espírito é quase nulo no homem já formado, nas crianças ainda se faz sentir este aspecto com mais evidência, dadas as suas próprias condições naturais. Admite-se que nos de mais tenra idade o tempo varia entre quinze a vinte minutos e para os outros não deve passar dos quarenta e cinco minutos (Lopes, 1884).

Recomenda-se que a organização do tempo contemple o descanso entre as disciplinas, segundo a idade dos alunos e a natureza das disciplinas. A mesma faculdade não deve estar em exercício durante muito tempo. A alternância é importante, não só pela distração, como também pelo descanso do cérebro. Neste sentido, a ginástica surge também como uma possibilidade de alternância na organização dos horários.

Deve dizer-se que a argumentação abonatória da necessidade do recreio vem aqui buscar alguma fundamentação. Sem recreio, o professor torna-se improficuo porque os alunos inquietam-se, fatigam-se, perdem a atenção pelo que estão a fazer. Aliás, na 6ª Sessão das referidas Conferências, pela boca do relator José Joaquim de Carvalho, diz-se que as crianças precisam mover-se e mudar de posição sempre que seja possível, mesmo em escolas em que não existem condições.

É de sublinhar que muitas das preocupações referidas no Congresso de Higiene e Demografia de Budapeste e também nas Conferências Pedagógicas realizadas no Porto, eram já postas em prática no Real Colégio Militar, conforme o dizer do seu Director, José Estevão Sarmiento, no discurso proferido na sessão solene de

abertura de aulas (a qual contou com a presença do Rei). Sustentava ele que no referido Colégio já se seguia o que os higienistas e pedagogistas mais avançados aconselhavam. A par das outras disciplinas, os exercícios físicos tinham uma aplicação diária e variada em todos os anos ou classes do curso, sempre seguindo as precauções e segundo as regras aconselhadas pelas autoridades técnicas. Desta forma, as primeiras classes teriam $\frac{3}{4}$ de hora diários de exercícios militares, ou de exercícios livres de ginástica, indo o tempo gradualmente aumentando até às últimas classes, em que os exercícios físicos já integravam a esgrima e a equitação (Sarmiento, 1898).

Na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, em 1899, por proposta do médico Bettencourt Ferreira e do seu colaborador Ferreira Deusdado, discutia-se a questão da Sociedade dever ocupar-se das reformas de ensino. Isto porque considerava a pedagogia como uma “ciência médica, pois ela dependia actualmente de princípios médicos, como da Higiene, da Antropologia, da Fisiologia e da Psicologia, que todas têm grande aplicação à Pedagogia”.

Considerava-se que as reformas não poderiam ser implementadas sem a introdução dos princípios de medicina julgados indispensáveis para o proveito público. As crianças nas escolas estavam submetidas a um processo de atrofiamento físico e mental, vítimas da surménage. Nesta sequência, Bettencourt Ferreira apresenta o seu trabalho original, “Sobre a Pedagogia do Ponto de vista Médico”. Nele são atacadas todas as reformas de Instrução Pública decretadas em Portugal porque nenhuma teve o particular cuidado na saúde dos jovens. Nenhuma se apoiou nos princípios de fisiologia, de psicologia, de higiene. A grande questão que se colocava era o facto de que só uma reforma concebida na base destes conhecimentos tinha por fim o aperfeiçoamento físico, a regeneração moral e o equilíbrio das funções cerebrais. Considerava que a educação que se encontrava em vigor, caso não se tomassem as medidas necessárias, podia levar inclusivamente à morte. O aluno estava sujeito à surménage e a educação física afigurava-se como a medida adequada para combater o mal que estava perfeitamente identificado.

Na discussão, é considerado o protesto que os professores de Instrução Liceal fizeram à Reforma de Instrução decretada em 24 de Dezembro de 1894. Nele considera-se completamente impossível que uma criança de dez a doze anos de idade possa estudar tantas disciplinas como Português, Francês, Desenho, Geografia, História, Aritmética, Geometria Plana, Zoologia, Botânica, Latim, Alemão e Inglês.

A questão fundamental, colocada por Bettencourt à Sociedade das Ciências Médicas, é a de dimensionar a prática das escolas sobre princípios científicos. Apoiando-se nos pedagogistas modernos diz ser fundamental saber a correlação das forças físicas e as mentais dos alunos. Isto porque o educador precisa saber que certos estádios do desenvolvimento físico correspondem certos graus de desenvolvimento inteligência. A suspensão ou atraso do desenvolvimento orgânico corresponde à paragem ou atraso do desenvolvimento mental. Bettencourt faz ressaltar que a avaliação antropométrica dos alunos seria de grande interesse, pois permitiria saber concretamente a capacidade para o estudo, classificar os alunos segundo a sua aptidão para o trabalho, para que a prescrição do esforço fosse compatível com o nível de robustez de cada um. Deve dizer-se que este sistema de avaliação é referido como sendo já utilizado em Portugal no Real Colégio Militar, o que colocava o nosso País na linha da frente dos Países que adoptavam esta prática.

É nesta enquadramento que a educação física é percepcionada. Apesar de descurada na escola, o seu papel é indispensável, não podendo ficar ausente no progresso pedagógico, sendo tratada na posse de conhecimentos de Medicina. A prática do exercício físico nas escolas é considerada um programa de difícil resolução. É à medicina a quem é reconhecido o saber e o poder para introduzir as alterações necessárias à reforma escolar de modo a que esta possa equilibrar as forças orgânicas de gerações de alunos. Caso os procedimentos a introduzir na reforma não sejam guiados pela medicina, a juventude acabará por sucumbir ao definhamento devido ao excessivo rigor escolar.

A introdução dos exercícios ginásticos é vista como tendo um efeito profilático, pois corrige as atitudes viciosas que compensam a forçada quietação das aulas e distendem ao mesmo tempo o espírito, tendido em demasiadas horas no trabalho mental. As ciências médicas têm que tomar parte na direcção das escolas, pois

há um interesse não só médico, mas também social. Igualmente no Congresso de Higiene realizado em Madrid em 1898, na 6ª Secção (Higiene Escolar) o Dr. Delvaille refere-se à profunda e necessária reforma da educação, preconizada sob orientação médica.

No 3º Congresso da Liga contra a Tuberculose, realizado em Coimbra em 1904, são apontados alguns aspectos nas conclusões que vão também neste sentido. Considerando-se que a escola deve ser um centro de propaganda contra a tuberculose, recomenda-se que os alunos sejam medidos pelas inspecções médicas, a fim de ser organizado uma base de dados sobre as variações de peso, altura e desenvolvimento torácico, ao longo do ano lectivo, para se saber a influência do regime escolar.

Para além das recomendações higiénicas em relação às instalações, iluminação, ventilação, limpeza do mobiliário, recomenda-se que a escola ensine os alunos a contrair o hábito do banho, de limpeza diários e asseio em todos os actos. Estende-se esta preocupação ao próprio tempo, recomendando-se que o período de aulas dos alunos nunca ultrapasse as que quatro horas diárias. No entanto, este período deve ser dividido em dois de duas horas cada. Entre os dois períodos de aulas deve existir um período de duas horas destinados aos exercícios físicos da ginástica elementar, de jogos ao ar livre e canto coral. O tempo de sono é fixado nas 10 horas, não devendo em qualquer circunstância serem alteradas.

No Congresso Internacional de Higiene Escolar de Nuremberga, Hintzmann recomenda que nenhuma aula deve durar mais de 45 minutos, decorridos os quais se impõe um pequeno descanso. Isto porque se aprende mais em 45 minutos do que numa hora e as aulas da manhã são melhores para este efeito do que as da tarde.

CONCLUSÕES

O saber da educação física definiu-se em grande pelo discurso higienista que foi produzido na sua dimensão histórica. Com a arqueologia identificámos a formação do saber e o campo no qual ele emergiu. A análise dessa dimensão revelou-se fundamental porque nos permitiu compreender o papel que este discurso teve no combate contra as ideias que se encontravam instaladas e na institucionalização de uma nova realidade. Através do que foi dito, marcou-se a presença de um novo objecto e, ao mesmo tempo, deu-se a conhecer o que foi pensável numa determinada época. A educação física pensou-se dizendo e, ao ter sido dita, deu-se a conhecer a sua presença. Este espaço, que corresponde às tomadas de posição e ao que foi possível falar em uma prática discursiva numa determinada época sobre a educação física, permitiu que sobre ela se constituísse um saber diferenciado.

O discurso higienista trouxe pois uma nova racionalidade, servindo para fazer a fundamentação à protecção colectiva e individual. O exercício físico surge, com a higiene, legitimado pelo saber científico. Desde o século XVII que assistimos a um discurso que relaciona a importância do exercício com a conservação da saúde. E a saúde passa a ser considerada um bem demasiado precioso para a felicidade das pessoas e das nações. A robustez do corpo ganha, com a higiene, o sentido que não tinha até então.

Partindo-se do axioma que a função faz o órgão, extrapola-se para a ideia de que se os órgãos não forem estimulados não se desenvolvem. A ginástica legitimada pela ciência surge como a melhor maneira de atacar os problemas que afligem a civilização. A grande aspiração da higiene é governar, ultrapassando os parâmetros da fisiologia, querendo também abraçar a sociologia e a moral.

A ignorância, a incúria, fomentavam o viver anti-higiénico. Face a esta realidade, considerou-se que a escola poderia servir de instrumento de mudança. O apelo feito pela higiene veio no sentido de se construírem ginásios e dar-se mais atenção à educação física. As vítimas que o surménage provocava e os trabalhos que Mosso desenvolveu, vieram colocar a necessidade de as reformas cuidarem da saúde dos jovens. Os trabalhos de antropologia escolar apareceram para se tentar saber a correlação existente entre o desenvolvimento físico e o desenvolvimento da inteligência. Daí que a avaliação antropométrica dos alunos tivesse ganho tão elevado interesse. Este quadro foi favorável para que a educação física ganhasse

reconhecimento no combater às doenças escolares. Face ao estado em que se encontrava o ensino, tornou-se necessário que as reformas fossem guiadas pela medicina. A introdução da Educação Física na reforma de 1905 veio responder a este apelo para que a juventude não sucumbisse ao definhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brás, J. V. (2006). A fabricação curricular da Educação Física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Brás, J.V. (2008). A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. Revista Lusófona de Educação, 12, 101-121.

Brás, J.V. & Gonçalves, M.N. (2009). Os saberes e poderes da reforma de 1905, Revista Lusófona de Educação, 13, 113-138.

Centazzi, G. (1836). Considerações gerais sobre exercícios ginásticos e as vantagens que deles resultarão. Ensaio lido e dedicado à sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Lisboa: Tipografia da A. S. Coelho e C^a.

Foucault, M. (1997). A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Franco, F. de M. (1819). Elementos de higiene ou ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

Galvão, J. P. F. (1845). Curso elementar de higiene. Porto: Tipografia Comercial.

Jorge, R. (1884). A higiene em Portugal. Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene, 1º Ano, nº 35, 36, 37 e 38 de 31 de Agosto, 7 de Setembro, 14 de Setembro, 21 de Setembro.

Lopes, A. S. (1884). Conferências pedagógicas do Porto em 1884. Relatórios e mais trabalhos do Segundo Congresso Pedagógico no Porto. Porto: Tipografia do Comércio do Porto.

Mendes, A. M. (1884). Origens da higiene. Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene, 1º Ano, nº15, de 13 de Abril.

Nagorski, V. (1885). A influência da escola no desenvolvimento físico da criança. Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene, 2º Ano, nº27, de 10 de Setembro.

Osório, J. F. G. (1884). Higiene municipal. Saúde Pública. Hebdomadário de Higiene, 1º Ano, nº27, de 6 de Julho.

Sarmiento, J. E. de M. (1898). O Rejuvenescimento da nação pela educação da mocidade. Discurso lido na sessão solene de abertura de aulas e distribuição de prémios do Ano Lectivo de 1898-1899. Lisboa: Tipografia Universal.

Simões, J.A. (1887). Instrução popular. Decálogo higiénico, O Ensino. Jornal Portuense dedicado aos Pais, ano